



Pedro Barreiros, secretário-geral da FNE.

Professores recuperam carreira com acordo "histórico"

EDUCAÇÃO Seis anos, seis meses e 23 dias serão devolvidos em quatro anos, mas metade dessa recuperação acontece já até julho de 2025.

TEXTO RUI FRIAS*

O Governo e vários dos sindicatos representativos dos professores, alcançaram ontem um acordo para a recuperação do tempo de serviço congelado durante a *troika*, sanando assim uma luta que marcou a última década na Educação, o que levou mesmo o líder da FNE, uma das principais organizações sindicais do setor, a falar em "dia histórico para os professores". Para isso, foi fundamental mais uma cedência do ministro Fernando Alexandre, que foi ao encontro das reivindicações dos representantes dos docentes, viabilizando a devolução dos seis anos, seis meses e 23 dias congelados ao longo dos próximos quatro anos civis. Mais: 50% desse tempo será mesmo recuperado no espaço de um ano, até julho de 2025.

"Chegámos a acordo. Foi demorado, mas com um bom propósito", disse o secretário-geral da FNE, Pedro Barreiros, no final da reunião no Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI). De acordo com os termos definidos entre a tutela e a federação sindical, os seis anos, seis meses e 23 dias serão contabilizados ao longo de quatro anos: 50% em 2024 e 2025 e os restantes entre 2026 e 2027.

Na realidade, "a totalidade do tempo de serviço congelado será recuperada num período de dois anos e 10 meses", sublinhou Pedro Barreiros, isto porque o processo arranca em 1 de setembro de 2024 e ficará concluído em 1 de julho de 2027.

Desta forma, o Governo acabou por se aproximar da contraproposta

da FNE, que iniciou as negociações a pedir 30% em 2024, 30% em 2025, 20% em 2026 e os últimos 20% em 2027, apresentando depois uma nova proposta que previa a contabilização anual de 25% do tempo de serviço, como ficou agora estabelecido. Já a proposta mais recente do Governo, apresentada há uma semana, previa a devolução de 50% nos primeiros dois anos, mas mantinha um prazo de cinco anos, com a contabilização de 20% em 2026 e de 15% em 2027 e 2028.

Além disso, o Ministério da Educação assegurou ainda que todos os docentes afetados pelo congelamento da carreira durante o período da *troika* ficam isentos de vaga para progredir para os 5.º e 7.º escalões.

"Hoje é um dia histórico para todos os professores que finalmente viram alcançado um dos seus grandes objetivos", sublinhou Pedro Barreiros, sobre um acordo que foi depois também assinado por outras organizações sindicais, como Fenei, SIPE, Fepeci, Spliu e SNPL.

Faltava, à hora de fecho desta edição, saber se também a Fenprof assinaria o acordo, pois o sindicato liderado por Mário Nogueira insistia na devolução do tempo num prazo de três anos (em tranches de 33%).

"É um bom acordo, com cedências de parte a parte", reforçou Júlia Azevedo, do Sindicato Independente de Professores e Educadores (SIPE), que falou em representação das restantes organizações sindicais.

O Ministério manteve, no entanto,

a posição de que a recuperação do tempo de serviço serviria apenas para efeitos de progressão na carreira, não estando previstos quaisquer mecanismos de compensação para os docentes que já estão no topo da carreira ou que se vão reformar entretanto, o que levou a que outros sindicatos não subscrevessem o acordo com o Governo, como o SEPLEU, ASPL e Pró-Ordem, enquanto o S.t.o.p. ficou de "auscultar" os seus associados antes de uma decisão.

"Contudo, não desistimos [dessa reivindicação] e, se foram precisos 20 anos de não-desistência para atingir os resultados que hoje atingimos, com certeza não serão necessários outros 20 para conseguirmos outras matérias", referiu Pedro Barreiros, da FNE. Ficou ainda a promessa de, "brevemente, recomeçar a negociação de outras questões", adiantou Júlia Azevedo, do SIPE. Como a revisão do diploma de mobilidade por doença ou o problema das ultrapassagens na carreira que ocorreram quando o tempo de serviço foi congelado.

Marcelo elogia acordo "pacificador"

O Presidente da República considerou que o acordo alcançado "é pacificador" e que os docentes merecem. Marcelo Rebelo de Sousa disse não estar preocupado com o início do próximo ano letivo, mas acrescentou: "É importante a resolução dessa questão, e quanto mais depressa melhor, porque depois há outras tarefas para o Governo". **ComLUSA**

ID: 111243571

22-05-2024

EDUCAÇÃO Professores recuperam
carreira com acordo "histórico"

PÁG. 12